



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 032 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
15.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES 04 MOÇÃO 05
PAUTA 04

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)	1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)	2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)	3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)	4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar	11. Deputada Maura Jorge
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.	12. Deputado Max Barros
3. Deputado Camilo Figueiredo	13. Deputado Reginaldo Nunes
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem	14. Deputado Pavão Filho
5. Deputado César Pires	15. Deputado Rigo Teles
6. Deputado Francisco Gomes	16. Deputado Rubens Pereira
7. Deputado Geovane Castro	17. Deputada Telma Pinheiro
8. Deputado João Evangelista	18. Deputada Teresa Murad
9. Deputado Joaquim Haickel	19. Deputado Wilson Carvalho
10. Deputado Manoel Ceará	

Líder

Deputado Rubens Pereira

Vice-Líderes

Deputado Rigo Teles
Deputada Teresa Murad

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago	9. Deputado Hélio Soares
2. Deputado Alberto Franco	10. Deputado Humberto Coutinho
3. Deputado Antonio Pereira	11. Deputada Janice Braide
4. Deputado Carlos Braide	12. Deputado José Lima
5. Deputado Carlos Filho	13. Deputado Manoel Ribeiro
6. Deputada Cristina Archer	14. Deputado Paulo Neto
7. Deputado Deusdedith Sampaio	15. Deputada Socorro Waquim
8. Deputado Elígio Almeida	16. Deputado Soliney Silva
	17. Deputado Stênio Resende

Líder

Deputado Soliney Silva

Vice-Líderes

Deputado
Deputado

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra	5. Deputado Luiz Pedro
2. Deputada Graça Paz	6. Deputado Mauro Bezerra
3. Deputada Helena Barros Heluy	7. Deputado Rubem Brito
4. Deputado Julião Amin - licenc.	8. Deputado Fortunato Macedo

Líder

Deputado Luiz Pedro

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luís Pedro (BPO)	Fortunato Macedo (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Graça Paz (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Graça Paz (BPO)



VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Deusdedith Sampaio (BPP)
Rigo Teles (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Antonio Bacelar (BPD)	Antonio Pereira (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Graça Paz (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Deusdedith Sampaio (BPP)	João Evangelista (BPD)
Carlos Braide (BPP)	Antônio Bacelar (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Helena Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Janice Braide (BPD)
Helena Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Paulo Neto (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Deusdedith Sampaio (BPP)
Antônio Bacelar (BPD)	Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Socorro Waquim (BPP)	Rigo Teles (BPP)
Carlos Filho (BPD)	Wilson Carvalho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Paulo Neto (BPD)
Janice Braide (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Carlos Filho (BPP)	Teresa Murad (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)	Alberto Franco (BPP)
João Evangelista (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Helena Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Carlos Filho (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPP)
João Evangelista (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Camilo Figueiredo (BPD)	Teresa Murad (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Graça Paz (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE	Elígio Almeida (BPP)
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Stênio Resende (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD)	João Evangelista (BPD)
Deusdedith Sampaio (BPP)	Wilson Carvalho (BPD)
Janice Braide (BPP)	Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/04/2004 - 3ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO DOMINGOS DUTRA

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPP - 10 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSIÇÕES PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 13/04/2004 – 3ª-FEIRA:

URGÊNCIA 2ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 051/04, enviado pela Mensagem governamental nº 029/04, que concede auxílio-refeição a servidores do DETRAN-MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 052/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 030/04, que dispõe sobre a criação do Grupo Ocupacional de defesa Agropecuária e dá outras providências.
3. PROJETO DE LEI Nº 053/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 034/04, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Procuradoria Geral do Estado, crédito especial no valor de R\$ 3.583.850,00(três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais), para a o fim que especifica.
4. PROJETO DE LEI Nº 054/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 035/04, que dispõe sobre a denominação de escola da rede Pública Estadual e dá outras providências Pública estadual e dá outras providências.
5. PROJETO DE LEI Nº 055/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 0036/04, que extingue a Gerência de Articulação e Desenvolvimento da Região Metropolitana, altera dispositivo da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências.

PRIORIDADE 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 044, enviado pela Mensagem Governamental nº 032/04, que define obrigações de pequeno valor para a Fazenda

Pública do Estado do Maranhão, regulamentando o disposto no art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 040/04, de autoria do Senhor Deputado Francisco Gomes, que considera de Utilidade Pública, o Conselho Comunitário Cultural de Ribeira, com sede e foro em Icatú-MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 041/04, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que considera de Utilidade Pública, a União Recreativa e Cultural Bumba-boi Estrela do Maranhão, com sede e foro em São Luis-MA.
3. PROJETO DE LEI Nº 042/04, de autoria do Senhor Deputado José Lima, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Moradores Unidos pela Fé, da Vila J. Câmara, com sede e foro em São José de Ribamar-MA.
4. PROJETO DE LEI Nº 043/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Prestadores de Serviços de Saúde de Paraibano, com sede e foro em Paraibano-MA.
5. PROJETO DE LEI Nº 048/04, de autoria do Senhor Deputado Mauro Bezerra, que dispõe sobre o fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumonia crônica e incapacitante na forma que especifica.
6. PROJETO DE LEI Nº 049/04, de autoria do Senhor Deputado Reginaldo Nunes, que institui tarifa social de água destinada a aposentados, idosos e portadores de deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências
7. PROJETO DE LEI Nº 050/04, de autoria do Senhor Deputado João Evangelista, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente centro de Produção e Formação de Cajari, com sede e foro em Cajari-MA.
8. MOÇÃO Nº 004/04, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, de apêlo aos representantes maranhenses no Congresso Nacional que sufraguem favoravelmente a necessária Reforma do Poder Judiciário, incluindo-se o órgão de controle externo e o



instituto da Súmula Vinculante a que nos referimos.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 038/04, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que considera de Utilidade Pública, a Associação Comunitária Rainha da Evangelização, com sede e foro em São Luis – MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 039/04, de autoria do Senhor Deputado Manoel Ceará, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Moradores, Pais e Amigos do Município de Lago Verde, com sede e foro em Lago Verde-MA.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 033/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Maranhense de Confeccionista de Timon, com sede e foro em Timon – MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 034/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Recreativa do Idoso de Timon, com sede e foro em Timon – MA.
3. PROJETO DE LEI Nº 035/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Planalto Formosa, com sede e foro em Timon-MA.
4. PROJETO DE LEI Nº 036/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores da Vila Isabel, com sede e foro em Timon-MA.
5. PROJETO DE LEI Nº 037/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente Santa Joana Dark, com sede e foro em Timon-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 13 de abril de
2004

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

GABINETE DEPUTADO RUBENS BRITO

MOÇÃO DE APELO N.º 004/04

Senhor Presidente,

O Deputado que a esta subscreve requer a Vossa Excelência, nos termos dos Artigos 107, VI, e 126 do Regimento Interno desta Casa, após a regular e normal deliberação do Plenário, seja encaminhado a presente **Moção de Apelo** aos Excelentíssimos Senhores Presidentes: da Câmara dos Deputados e do Senado e aos eminentes Líderes Partidários no Congresso Nacional, com o seguinte teor:

Nós, Deputados Estaduais, representantes do povo maranhense, manifestamo-nos favoravelmente acerca da Reforma da estrutura do Poder Judiciário brasileiro, destacando o instituto da Súmula Vinculante, restrita às matérias de natureza cíveis e patrimoniais e, também, a criação do Conselho Nacional de Justiça, como órgão superior de controle externo do Poder Judiciário, Reforma essa que tramita perante a Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania do Senado, através do Projeto de Emenda Constitucional - PEC n.º 29/00.

Finalmente, apelamos a Vossas Excelências, dignos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional, que sufraguem, favoravelmente, a necessária Reforma do Poder Judiciário, incluindo-se o órgão de controle externo e o instituto da Súmula Vinculante a que nos referimos.

Esta propositura traduz a aspiração do povo maranhense, que, em sua

grande maioria, aguarda ansiosamente por uma Justiça célere e sem máculas.

Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís-MA, de 2004.

RUBEM BRITO
Deputado/PDT

JUSTIFICATIVA

A palavra "**processo**", originária do latim, significa **avançar, ir adiante, andar para frente**. Curiosamente, esta tradução não se aplica àquilo que nós entendemos por "**processo**", haja vista que comungamos com o célebre Mestre Ruy Barbosa, que assim se expressou a respeito, ao afirmar que a "justiça brasileira era tardinha, porque tardava e custava dinheiro".

E continua assim, nascendo, daí, o jargão clássico de que "justiça morosa é injustiça". Vários são os argumentos que tentam justificar o despenhadeiro administrativo e moral que tomaram conta do Poder Judiciário. Alguns estudiosos fundamentam que o caos administrativo é decorrente da falta de recursos financeiros para a aquisição de bens materiais para agilizar a demanda processual. Outros afirmam que a problemática reside na ausência de qualificação profissional dos serventuários. Na outra ponta, os argumentos incidem na falta de ética de certos e determinados juizes, sem descuro daqueles que tentam explicar o quadro face aos baixos salários contraprestados pelo erário.

O certo é que o descalabro administrativo é uma realidade, enfrentada por uma expressiva parcela da estrutura organizacional do Poder Judiciário brasileiro, que está se exaurindo chegando ao ponto crítico de faltar até papel para que o magistrado faça assentamentos de termos de atos processuais.

No que tange ao aspecto moral da conduta de uma minoria da magistratura, as revelações públicas são escabrosas: juizes vendendo sentenças, negociando **habeas corpus**, despachando temerariamente e praticando outros males danosos ao judiciário, e, por conseqüência, à sociedade, realidade essa que precisa ser invertida, com a máxima urgência.

Propomos, também, através da presente Moção, pugnar pela aprovação da Súmula Vinculante, instrumento de agilização e facilitação do julgamento de demandas que criam obstáculos à prestação jurisdicional célere. Esta importante ferramenta, a serviço da Justiça, deverá se ater às matérias de natureza cíveis e patrimoniais, já reiterada por meios de julgamentos iguais ou similares nos pretórios nacionais e definitivamente sumulados no Supremo e nos Tribunais Superiores.

Estas razões, Senhor Presidente e Deputados, é que nos motivam à apresentar esta **Moção de Apelo**, que tem o propósito de fortalecer e democratizar o acesso ao Poder Judiciário, através da criação do Conselho Nacional de Justiça, que se constituirá em um Órgão Superior para acompanhar a funcionalidade e moralidade afetas a esse Poder da República, formado por pessoas íntegras e de relevante saber jurídico, inclusive com cidadãos representantes da sociedade civil, bem como a efetivação no ordenamento jurídico do instituto da Súmula Vinculante.

Requeiro, portanto, a aprovação desta propositura, como forma de demonstrar o interesse dos maranhenses por uma Justiça límpida, cristalina, célere e democrática que, por certo, virá beneficiar o cidadão como destinatário final da Reforma do Judiciário.

Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís-MA, de 2004.

RUBEM BRITO
Deputado/PDT



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO**

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e
24.950.

Rua do Egito, n. 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembléia, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados à Secretária de Comunicação em disquete;
- b) medida da página - 17 cm de largura e 25 cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: word for windows - versão 6.0 ou superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 10;
- f) Entrelinhas automático;
- g) Gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
- h) O disquete só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- i) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- j) Utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.

15 DE ABRIL DIA DO DESARMAMENTO INFANTIL

É nosso papel colaborar com a conscientização de nossas crianças, pensando num futuro melhor para elas. Armas de brinquedo induzem às brincadeiras violentas, gerando, com isso, futuros jovens violentos".

Não basta tirar a arma de alguém para desarmá-lo. Quem que agredir não depende de armas, lança mão de qualquer objeto ao seu alcance. É preciso que o nosso comportamento seja harmonioso e complacente.

É imperioso que nos desarmemos intimamente. Agindo assim, daremos o exemplo às crianças que passarão a nos imitar os gestos e, mesmo com uma arma na mão, não agredirão a ninguém, já que lhes faltará o impulso para tanto.

Empreendamos assim, uma campanha de auto-desarmamento, de desarmamento interior, e lograremos êxito em muito pouco tempo.